



Federação dos Vigilantes de Alagoas, Bahia e Sergipe filia-se à CNTV e Força Sindical



Dirigentes e assessores presente na assembleia de filiação.

No último dia (05), em Salvador, a Federação Interestadual dos Vigilantes de Alagoas, Bahia e Sergipe (FIVABS) filiou-se à CNTV e à Força Sindical. Os dirigentes da FIVABS realizaram assembleia extraordinária, onde após o deferimento do registro sindical ser publicado no Diário Oficial, o Presidente da Federação Interestadual, José Cícero Ferreira da Silva, reuniu a diretoria para pautar os rumos das diretrizes e lutas da categoria.

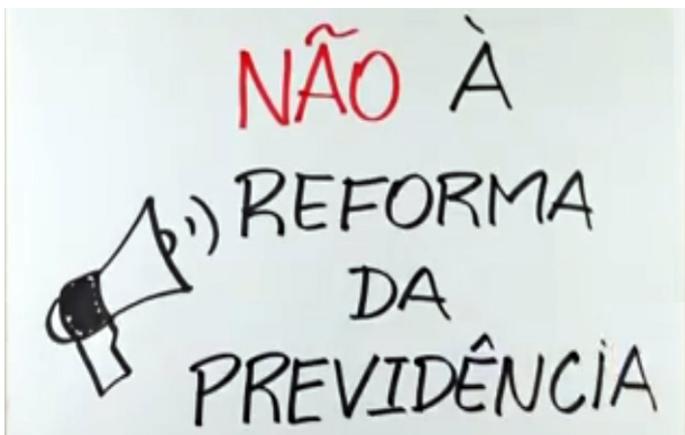
Estiveram presentes na assembleia o assessor da CNTV, Nelson Santos, o secretário Geral da FIVABS, Geraldo da Silva Cruz, a presidenta da CUT- Alagoas, Rilda Alves, o presidente da Força

Sindical de Alagoas, Albegemar Cassimiro, representantes da Federação Interestadual dos Vigilantes do Nordeste (Fives-NE), José Clésio de Souza Sales, Gilberto Olímpio do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco, Jefferson Fernandes, Secretário de Imprensa do Sindvigilantes-BA.

Durante o encontro os dirigentes se pronunciaram em defesa da unidade de luta e dos direitos dos trabalhadores. Nos discursos os sindicalistas destacaram a importância do enfrentamento às políticas de retrocessos que, muitas vezes, são impostas pelo patronal gerando a precarização do trabalho.

Fonte: FIVABS

Um retrocesso inaceitável para a classe trabalhadora



Por: Adilson Araújo, Presidente Nacional da CTB

O projeto de mudanças no sistema previdenciário protocolado pelo governo golpista segunda-feira (5) no Congresso Nacional, é um retrocesso inaceitável para a classe trabalhadora brasileira e, por isto, é rejeitado pelo conjunto do movimento sindical brasileiro.

Além de reduzir direitos e benefícios, sempre em detrimento dos mais pobres, e manter os privilégios dos militares, a reforma pretendida ameaça a economia de milhares de pequenos municípios brasileiros, que dependem das aposentadorias e pensões, e abre caminho à privatização do sistema, cobiçado pelo sistema financeiro.

Temer corta pensão por morte, mas não das viúvas dos Militares. A fixação da idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, inicialmente aos 65 anos com aumentos progressivos de acordo com a evolução da expectativa de vida, eleva em pelo menos 10 anos o tempo de trabalho antes de gozar tal direito que hoje é conquistado, em média, aos 55 anos.

Hipocrisia

É bom que se saiba que o golpista Temer aposentou aos 55 anos com benefício superior a R\$ 30 mil por mês, enquanto 80% dos aposentados e pensionistas do Brasil recebem um salário mínimo. Orientando-se pela máxima “façam o que digo, mas não façam o que faço” ele não vai abrir mão do privilégio. Além de legitimidade e respaldo popular o golpista também não tem moral para propor a reforma.

A idade mínima aos 65 anos é particularmente injusta e perversa para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, que hoje se aposentam por idade aos 60 e 55 anos respectivamente e começam a labutar na lavoura ainda criança, com 7 ou 8 anos. A expectativa de vida no campo é menor que nas cidades. A proposta prevê ainda uma nova forma de contribuição do trabalho rural. Hoje o agricultor familiar já contribui com parte do valor de sua produção.

A restrição do acúmulo de benefícios por morte é outro ataque. De acordo com dados da Previdência Social, a faixa que será mais afetada será a de mulheres viúvas, chefes de família, que recebem até dois salários mínimos. Ou seja, o ônus da crise é jogado totalmente sobre as camadas mais pobres da nossa sofrida classe trabalhadora. Temer não teve coragem de mexer com os militares.

Outra novidade cruel é estabelecer em 49 anos o tempo de contribuição necessário para que o trabalhador tenha direito ao valor integral da aposentadoria. É uma regra pior do que o fator previdenciário criado por FHC para reduzir o valor dos benefícios. Os golpistas também querem reduzir o valor das pensões das viúvas (e viúvos) abaixo do salário mínimo e promover outras maldades.

Golpe contra o trabalho

A reforma da Previdência é mais um capítulo do golpe de Estado que afastou Dilma e empossou o usurpador Temer e que, por seu programa e conteúdo concreto, é antes de tudo um golpe do capital contra o trabalho. Alia-se neste objetivo à PEC do gasto público, que comprometem o futuro da saúde e da educação do nosso povo, à reforma trabalhista, que aponta para o fim do Direito do Trabalho, às mudanças do pré-sal e uma longa série de medidas reacionárias adotadas ao longo dos últimos seis meses.

Com o apoio da mídia burguesa e das classes dominantes, o governo sem voto e sem nenhum respaldo popular promove uma campanha terrorista que acena com o colapso do sistema no futuro se as reformas não forem realizadas imediatamente.

Seus argumentos, falsos e desonestos, são

refutados por vários especialistas. É falso, por exemplo, o conceito de déficit previdenciário, que não leva em conta o orçamento (superavitário) da seguridade social, no qual a Previdência foi incluída pela Constituição. Além disto, nem mesmo os efeitos da desoneração sobre os cofres do INSS.

Governo e mídia burguesa também nada falam sobre o impacto da dívida pública no Orçamento da União. O pagamento dos juros em 2015 correspondeu a 42% das despesas globais do governo federal, muito mais do que a soma dos investimentos em saúde, educação, infraestrutura e Previdência. A mídia burguesa, que ecoa os interesses dos rentistas, silencia sobre este fato fundamental, no qual transparece a escandalosa transferência de renda do povo para os banqueiros e outros credores do Estado.

Muitos economistas alertam que não será possível equacionar o problema fiscal no Brasil sem reestruturar a dívida e reduzir substancialmente as taxas de juros. Isto implica confrontar os interesses e privilégios das classes dominantes, da mesma forma que a taxa

grandes fortunas, dos lucros e dividendos, das remessas feitas pelas multinacionais, o combate à sonegação e punição dos sonegadores, a revisão das desonerações e outras medidas para ampliar a arrecadação. Os golpistas estão a serviço da oligarquia financeira e governam de costas para o povo.

À classe trabalhadora e seus aliados não resta outro caminho senão o da luta sem fronteiras, em ampla aliança com outros setores progressistas da sociedade, contra a reforma reacionária da Previdência, contra o governo golpista liderado por Temer e em defesa dos direitos sociais, da democracia e da soberania nacional.

A CTB advoga a mais ampla unidade das centrais, dos sindicatos e dos movimentos sociais, nesta empreitada contra a onda de ataques que vem sofrendo a classe trabalhadora, e defende o fortalecimento de uma campanha diuturna de esclarecimento e mobilização das bases com o objetivo de criar as condições para a deflagração de uma greve geral para barrar o retrocesso.

Fonte: Portal CTB

Sindicato de vigilantes do Rio Grande do Sul convoca assembleias para discutir campanha salarial

As propostas para integrar a pauta de reivindicações da campanha salarial dos vigilantes do Rio Grande do Sul serão debatidas em assembleias gerais convocadas nesta quarta-feira (7), em edital publicado no jornal Correio do Povo. O Sindivigilantes do Sul espera um grande comparecimento nestes encontros, que vão acontecer na capital e interior, dando início à mobilização que deve anteceder à negociação com os patrões, a partir de fevereiro, mês da data-base dos vigilantes. Confira as datas e locais:

– **Santo Ângelo:** dia 19/12/2016. Local: Sindicato dos Bancários, Rua: Dos Andradas, 1161. Bairro: Centro – Santo Ângelo/RS, em única sessão, com a primeira chamada às 19 horas e segunda chamada às 19h30.

– **Camaquã:** dia 20/12/2016. Local: Subsede do Sindicato, Rua Cristóvão Gomes de Andrade, 919 B – Bairro: Centro – Camaquã/RS, em única sessão, com a primeira chamada às 19h horas e

segunda chamada às 19h30.

– **São Jerônimo:** dia 21/12/2016. Local: Subsede do Sindicato, Rua Ramiro Barcelos 369 sala 02. Bairro: Centro – São Jerônimo/RS, em única sessão, com a primeira chamada às 19 horas e segunda chamada às 19h30.

– **Porto Alegre:** dia 22/12/2016. Local: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Rua: Senhor dos Passos, 202. Bairro: Centro – Porto Alegre/RS, em duas sessões. Primeira sessão, com a primeira chamada às 08 horas e a segunda chamada às 08h30. Segunda sessão, com a primeira chamada às 20 horas e segunda chamada, às 20h30, com qualquer número de trabalhadores presentes.

Ordem do dia:

01 – Apresentação, debates e deliberações sobre as propostas da campanha salarial 2017.
02 – Assuntos gerais.

Fonte: Sindivigilantes do sul

Lei que beneficia vigilantes do Rio Grande do Norte entra em fase de finalização



Dirigentes do SindForte/RN reunidos com Semob

Na última de terça-feira (06), dirigentes do Sindicato dos Vigilantes de Transporte de Valores do Rio Grande do Norte (SindForte/RN) se reuniram com representantes da Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOb), Secretaria de Transportes e Secretaria de Segurança do

estado.

No encontro, os dirigentes SindForte/RN trataram os rumos da Lei 0396/2014, que prevê vagas de estacionamento para carros fortes. Com a reunião, a Lei entra agora em processo de finalização.

“Falta pouco para concluirmos aqui, no Rio Grande do Norte, esta Lei que beneficia todos vigilantes em carros fortes. Aguardamos o dia em que realizaremos ação com todos responsáveis para que as placas de estacionamento exclusivo para carros fortes sejam colocadas. Nós, do sindicato, trabalhamos para que a integridade física dos vigilantes seja sempre a prioridade. Separados somos fracos, unidos somos imbatíveis”, afirma o diretor de Imprensa do SindForte/RN, Rômulo Pessoa.

Fonte: Sindforte/RN

Lei de vigilante proibirá realização dos serviços de vistoria veicular por empresas privadas

O plenário da Câmara Legislativa derrubou o veto ao Projeto de Lei nº 1614/2013, de autoria do deputado Chico Vigilante (PT), que proíbe, em todo o Distrito Federal, a realização dos serviços de vistoria veicular por empresas privadas.

O Código de Trânsito Brasileiro “atribui aos órgãos ou entidades executivas de trânsito a competência para vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa e licenciar veículos”.

Apesar da norma, o Conselho Nacional de Trânsito publicou uma resolução estabelecendo que o serviço fosse realizado por empresas credenciadas ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Em estados onde empresas terceirizadas fazem o serviço, o valor pago pelos motoristas aumentou significativamente. No Amazonas, por exemplo, a taxa de inspeção saltou de R\$

20 cobrado pelo Detran-AM, para R\$ 120 da empresa terceirizada.

Para Vigilante, essa é uma situação grave e o DF tem que se resguardar para que quadrilhas especializadas nesse tipo de serviço não venham a extorquir ainda mais o bolso dos motoristas. Segundo o deputado, o Ministério Público do Distrito Federal já se manifestou contrário à atuação de empresas privadas nas vistorias que servem de requisito para a regularização e transferência de veículos, as chamadas Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos (ECVs).

“O Detran tem condições de fazer a vistoria, sem precisar de terceirizar o serviço”, afirma Vigilante. Após a derrubada do veto, o Projeto de Lei será publicado para começar a valer.

Fonte: Site Chico Vigilante

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Leidiane Souza

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF